

I EXAME DE ORDEM / 1997
DIREITO TRIBUTÁRIO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 19.04.97

I - PEÇA (7 pontos)

Em inspeção promovida no ano de 1996 na CONSTRUTORA CAJAZEIRENSE, auditores da Receita Federal apuraram que a empresa "deixara de recolher o Imposto de Renda sobre o lucro auferido em algumas transações imobiliárias realizadas ao longo do exercício de 1995 e parte de 1996, que somavam a importância de R\$ 500.000,00(quinzentos mil reais); promovendo o respectivo lançamento, o Fisco notificou a Construtora a efetuar o pagamento da quantia levantada, acrescida de juros, multa e correção monetária, perfazendo a cifra de R\$ 980.000, 00 (novecentos e oitenta mil reais), sob pena de execução. Não concordando com dito lançamento, pois conforme registros contábeis, o tributo alegado havia sido recolhido, os dirigentes da empresa procuraram seu escritório para defendê-la. Apresente a peça jurídica adequada, com os requisitos que lhes são peculiares.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRIBUTÁRIO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Na Paraíba, AMADEUS, pessoa física, adquiriu de ARQUIMEDES, também pessoa, física, que parou de comerciar, uma empresa de informática, estipulando no contrato de compra e venda do estabelecimento que o vendedor assumiria plena responsabilidade por eventuais débitos fiscais anteriores à operação, ainda que apurados posteriormente. Um ano depois do negócio o Fisco daquele Estado lavrou auto de infração contra o adquirente do estabelecimento por débitos de ICMS relativos a vendas de mercadorias efetuadas nos três últimos anos anteriores à aquisição da empresa. Defendeu-se administrativamente a autuada alegando que o tributo deveria ser cobrado do vendedor, o qual, nos termos do instrumento particular firmado assumiria o ônus do pagamento de qualquer tributo.

- a) O Fisco Paraibano podia cobrar o imposto do novo proprietário?
- b) Tem razão o autuado quando imputa a responsabilidade pelo tributo ao antigo proprietário do estabelecimento?
- c) Fundamente sua resposta indicando os dispositivos legais respectivos.

2º QUESTÃO (1 ponto)

Servidor Público, com duas fontes de renda, declarava o IR apenas sobre os rendimentos auferidos por uma delas. Descoberto pela malha fina, foi notificado a recolher o imposto relativo à outra fonte; reconhecendo a infração, procurou a Receita Federal para fazer a denúncia espontânea, pagando o tributo devido e, com isto, diminuir as sanções a que estaria sujeito. Agiu corretamente? Porque? Fundamente sua resposta, indicando os dispositivos legais em que se enquadra a questão.

3º QUESTÃO (1 ponto)

No dia 19 do corrente mês foram publicadas as seguintes leis no Diário Oficial do Distrito Federal:

- 1ª) Instituinto Contribuição de Melhoria, em virtude da valorização de imóveis localizados em setor que foi asfaltado.
- 2ª) Alterando a base de cálculo da Taxa de Limpeza Pública, passando a ser a mesma

do IPTU.

3ª) Alterando as alíquotas do IPTU em mais 30%.

4ª) Concedendo isenção do ITBI, incidente sobre imóveis adquiridos, pelas indústrias não poluentes que se instalassem no Distrito Federal.

Pergunta-se, diante das informações prestadas:

a) Todas as leis estão constitucionalmente corretas? Caso contrário, quais delas não são? Porque? Fundamente?

b) Independentemente de estarem ou não corretas informe a partir de quando tais leis entrarão em vigor.

I EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO CIVIL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 19.04.97

I - PEÇA (7 pontos)

"A", seu cliente telefona para o escritório e diz: " Posso vê-lo imediatamente, Dr.?"

Na primeira entrevista "A" entra direto no assunto: " Minha irmã, Joana, solteira, depois de sair de uma festa, por volta das 23:00h, trafegando com seu automóvel, Go11000, Ano 1995. na L2 Sul. nas imediações do Colégio Marista, na pista de quem segue para a Esplanada dos Ministérios, foi interceptada por um veículo Tempira, Ano 1996, de cor azul metálica, de propriedade de Roberto Fantonni. Este veículo, fazia "zigzag" na pista de rolamento, ultrapassando vários veículos, sem atentar para as cautelas previstas pelo Código Nacional de Trânsito. Assim, o referido veículo, em desabalada carreira, veio a colidir na lateral esquerda do automóvel Gol, de propriedade da minha irmã, sem que na ocasião prestasse socorro ou qualquer outro tipo de auxílio.

Estes danos resultaram na fratura de "duas costelas" sofridas pelo

choque, que até hoje, quase quatro meses após o acidente, ainda causa transtorno a minha irmã.

Com relação aos danos do veículo, o menor orçamento está girando em torno de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Na descrição do acidente a perícia de trânsito, elaborada pelo Instituto de Criminalística do DF deixa evidente em seu laudo a culpa exclusiva do terceiro, vale dizer, do proprietário do veículo Temptra".

Para conhecimento da tarefa, Joana, a irmã de seu cliente, vítima do acidente de trânsito ficou 60 dias, sem poder sair de casa, faltando, conseqüentemente, ao trabalho de secretária numa clínica médica, por todo este período.

Destarte, na condição de advogado elabore uma petição inicial visando a reparação por ato ilícito, bem como as decorrências que defluem deste evento, visando ressarcir, na sua integralidade, os danos sofridos por Joana, irmã de seu cliente.

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / CIVIL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

Uma pessoa compra um carro já com seguro "total". Porém, o vendedor não informou, por escrito, à seguradora em relação ao referido negócio. A Companhia Seguradora, de sua vez, nega o pagamento da indenização após receber do segurado originário uma comunicação de que este veículo sofreu sérios danos em sua carroceria, com fundamento no sentido de que não houve a comunicação da transferência do risco e, de sua vez, informação de que um terceiro seria o novo titular do bem acobertado.

Na condição acima relatada apresente a resposta que predomina em nível de Jurisprudência, a mais adequada ao caso:

- a) Não é devido o pagamento de indenização por parte da Companhia Seguradora;
- b) O STJ entende que nesta hipótese o pagamento do seguro é devido, pois não houve um agravamento acentuado do risco;
- c) A indenização pelos danos deve ser suportada, inteiramente, pelo comprador;
- d) A indenização pelos danos deve ser suportada pelo adquirente, já que não tinha o seu próprio contrato de seguro.

2º QUESTÃO (1 ponto)

"A" move uma Ação de Reparação de Danos Pessoais e Morais contra "H", em virtude de Danos sofridos em acidente automobilístico. "B" tem seguro de responsabilidade civil, tanto em relação a danos materiais como pessoais, em relação a terceiros. Porém, o advogado de "B", não quer, ou entende não caber denúncia à lide da Companhia de Seguros. A seguradora tomando conhecimento deste fato resolve constituir advogado para ingressar neste processo a fim de esclarecer que a indenização acaso devida, só poderá se referir a parcela dos danos pessoais, isto é, neste tipo de seguro não há cobertura de terceiros por danos morais. Assim, pergunta-se: qual a posição processual correta da Companhia de Seguros para ingressar na lide. Seria a de:

- a) Oposição;
- b) Nomeação à autoria;
- c) Assistência simples ou adesiva;
- d) Assistência qualificada ou litisconsorcial.

3º QUESTÃO (1 ponto)

A venda a contento feita por "A", na qualidade de vendedor de cereais, via de regra, reputar-se-à feita sob condição suspensiva. Porém, no contrato estabelecido entre o referido vendedor e o comerciante "B", se estabelece uma cláusula adjeta, ao compromisso de compra e venda, de que o comprador poderá proclamar seu desagrado em relação ao objeto, no caso, "esta determinada partida de cereais",

Pergunta-se: nesta situação, vale dizer, desta compra e venda as partes estarão obrigadas pela:

- a) cláusula potestativa;**
- b) condição aleatória;**
- c) condição resolutiva;**
- d) condição suspensiva.**

I EXAME DE ORDEM / 1997
DIREITO PENAL

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 19.04.97

I - PEÇA (7 pontos)

Francisco José Pereira Anisio, foi denunciado pelo Ministério Público, por acusação de prática do crime capitulado no art. 121 § 2º, IV, do CPB, contra a pessoa de **Agnaldo Femandes Timóteo**. O Juiz recebendo a denúncia determinou sua citação, após marcando a data do interrogatório. Você, advogado de Francisco, ofereceu as alegações escritas no prazo, arrolando testemunhas.

Durante a instrução criminal, Heleno Ribeiro Fragoso, testemunha arrolada pelo MP, em certo trecho do seu depoimento (fls. 16) disse: "que não viu se a vítima estava armada. .." ; "que Francisco José e a vítima tinham o mesmo porte físico". Milton Ferreira Nascimento, também arrolado pelo MP às fls. 17 disse: "que viu alguma coisa na mão da vítima mas não distinguiu o que era e que o acusado disparou vários tiros de revólver, já, quando Agnaldo, de costas, tentava fugir. Erasmo Carlos Diniz testemunha arrolada pela defesa às fls. 18 e v. disse: "que o assaltante (Agnaldo), era de físico avantajado, muito mais forte que Francisco José e tinha na mão uma faca-peixeira muito grande..." ; "que viu quando Francisco José e sua acompanhante, à saída do cinema, foram abordados pela vítima" .Antonio Carlos Fagundes, também arrolado pela defesa às fls. 19 e v. , assim se manifestou: "que viu quando a vítima, que portava na mão uma faca, se aproximou de Francisco José e da mulher que estava com ele e os ameaçou com a faca..." .Mario Julio Oliveira Silva, também

arrolado pela defesa, disse às fls. 20: "que viu quando a vítima se aproximou do casal com a faca na mão e tentou puxar a bolsa da mulher..." ; "que Francisco José recuou uns poucos metros, sacou um revólver e disparou contra a vítima..." ; "que Francisco José fez um só disparo e a vítima caiu ao chão..." ; "que a vítima era muito mais forte que o acusado..." ; "que o fato aconteceu entre o cinema e o estacionamento".

No laudo do Instituto de Criminalística para onde o revólver fora encaminhado para os exames de eficiência, recentidade de disparo e confronto balístico os peritos atestaram que, dos seis cartuchos que se encontravam no tambor, um deles havia sido deflagrado, e que o projétil retirado do corpo de Agnaldo fora disparado pela arma apreendida e apresentada como sendo a usada por Francisco José.

No Laudo de Exame Cadavérico, acostado aos autos, os peritos do IML, no item Exame das Lesões, assim se referiram: "ferimento pérfuro-contuso provocado por projétil de arma de fogo localizado na região torácica direita". Como conclusão: "morte decorrente de anemia aguda, devido a hemorragia interna determinada por transfixação do pulmão por ação de instrumento pérfuro contundente (projétil de arma de fogo)".

Terminada a inquirição das testemunhas, o Juiz Nelson Marques Hungria mandou dar vista dos autos ao MP, tendo o promotor Pedro Rocha Ferraz, em sua peça, limitado-se a fazer referência aos depoimentos prestados por Heleno Ribeiro Fragoso e Milton Ferreira Nascimento, finalizando: "comprovada a autoria e a materilidade, requer o MP seja réu pronunciado e submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri ". Após, você foi intimado, no dia 30 de abril/96, 38 feira, a se manifestar. Peticione.

<p style="text-align: center;">DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / PENAL (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.</p>

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR

DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

A despeito da sua defesa em favor de Francisco José Pereira Anisio, o Juiz dissociando-se da prova, pronunciou-o. Você, confiando nos elementos fáticos e probatórios absolutamente favoráveis a Francisco José, tomou a providência adequada. Indique qual, a fundamentação e o prazo processual.

2º QUESTÃO (1 ponto)

A 7ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça de Brasília, julgando apelação interposta por Flávio Dias Cavalcanti negou provimento ao recurso, por maioria para manter, no mérito, a sentença recorrida. Indique se há providência a ser tomada em favor do seu cliente. Caso positivo, o prazo e o fato que dá início à contagem.

3º QUESTÃO (1 ponto)

Carlos Henrique Cardoso, com 20 anos, cometeu o crime de desacato, consumado no dia 10 de abril de 1995, do qual ainda não houve denúncia. Indique a data certa da prescrição da pretensão punitiva.

I EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO TRABALHO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)
Data: 19.04.97

I - PEÇA (7 pontos)

Redigir reclamação trabalhista:

1. observando as exigências contidas no art. 840, § 1º, da CLT;

2. indicando, no pedido, os valores aproximados a que tem direito o reclamante;
3. requerendo notificações às autoridades públicas que entender de direito.

José Silva, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 19 de abril de 1984, portador da CTPS n° 000123M, residente e domiciliado à Avenida Brasil, 2000, Asa Norte, Brasília -DF, foi contratado, em 2 de maio de 1996, pela empresa Solar Distribuidora de Cervejas Importadas, inscrita no CGC-MF sob n° 123456789/0009-00, com sede no COI1juntO Nacional de Brasília -SDN -7° andar, sala 01, nesta cidade de Brasília -DF, para exercer a função de digitador, com jornada diária das 8:00 às 12:30 e das 13:30 às 17:00, de segunda-feira a sexta-feira, intervalo para descanso e refeição de 1 hora/dia, percebendo salário mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), ainda, ticket refeição no valor diário de R\$ 2,00 (dois reais), durante 22 (vinte e dois) dias por mês.

A empresa demitiu-o, sem justa causa, no dia 3 de março de 1997, sem dar aviso prévio e até a presente data não o convocou para recebimento das verbas rescisórias e assinatura do termo de rescisão contratual.

Cumprе informar que a empresa nunca forneceu vale transporte ao José, não assinou sua CTPS e o local de trabalho dele era abafado e com luminosidade insuficiente, portanto, insalubre.

<p>DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / TRABALHO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.</p>

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

A prescrição e a compensação são matérias exclusivamente de defesa ou poderão ser articuladas em outro momento processual? Justifique a resposta.

2º QUESTÃO (1 ponto)

A falta de assinatura do advogado na petição de encaminhamento e nas razões do recurso ordinário prejudicam o exame do apelo pelo Tribunal Regional do Trabalho? Justifique a resposta.

3º QUESTÃO (1 ponto)

Julgada totalmente improcedente a reclamação trabalhista, o reclamante, para interpor recurso ordinário, necessariamente terá que efetuar o recolhimento das custas cominadas na sentença e do depósito recursal? Se afirmativa a resposta, qual o prazo legal para esses recolhimentos?

I EXAME DE ORDEM / 1997 DIREITO ADMINISTRATIVO

Prova Prático Profissional (Subjetiva)

Data: 19.04.97

I - PEÇA (7 pontos)

GERINALDO GARCIA aprovado em Concurso público, acaba de investir-se no cargo de Auditor Fiscal da União, em Brasília - DF.

Antes de sua posse no aludido cargo residia em Cajazeiras - PB,

onde cursava Física na Universidade Federal da Paraíba - Campus daquela promissora Cidade. Requereu, então, transferência para o respectivo curso na Universidade de Brasília, que indeferiu o Pedido, sob o argumento de não se tratar de remoção ou de transferência "ex-officio" de servidor público federal. Você, que acabara de instalar sua banca de advocacia, foi contratado para defender o novel servidor. Formule a ação cabível à questão .

DEVEM SER OBSERVADOS OS ASPECTOS: PROCESSUAL / ADMINISTRATIVO (FUNDAMENTAÇÃO), GRAMATICAL (ORTOGRAFIA, CONCORDÂNCIA, ACENTUAÇÃO, ETC) E FORMAL DA PETIÇÃO - É PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE CALENDÁRIO PARA FACILITAR A CONTAGEM DOS PRAZOS.

!!! NÃO COLOQUE O SEU NOME EM NENHUM LUGAR DA PROVA. USE NOME DO ADVOGADO E NÚMERO DE OAB FICTÍCIOS.

II - QUESTÕES PRÁTICAS

1º QUESTÃO (1 ponto)

A Constituição Federal prevê que os Estados organizarão sua Justiça observados os princípios nela estabelecidos. Como no Distrito Federal o Poder Judiciário é organizado e mantido pela União, o quinto constitucional do Tribunal de Justiça a ser preenchido por advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional é de nomeação do Presidente da República. Recentemente, atendendo a esta previsão, a OAB/DF promoveu a escolha de seis juristas, ordenados em lista séxtupla, que, enviada ao TJDF, teve por aquela Corte de Justiça, a escolha de três

deles, os quais foram submetidos ao Chefe do Executivo Federal em lista tríplice, para nomeação de um deles. Pergunta-se : Qual(is) a(s) natureza(s) do ato de nomeação?

2º QUESTÃO (1 ponto)

A Prefeitura Municipal de Cajazeiras , mediante ato administrativo unilateral e discricionário, durante o prazo estipulado, rompeu contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo municipal com a ETCC - Empresa de Transporte Coletivo Cajazeirense, avocando a si o desempenho do serviço, mediante justa indenização ao concessionário. Pergunte-se: Qual o nome técnico do instituto de direito público verificado no caso posto?

3º QUESTÃO (1 ponto)

"CABRA DA PESTE" , servidor estável, aprovado em concurso público, realizado pelo Município de Cajazeiras- PB, com exercício no Gabinete do Prefeito, recebeu suspensão por haver recusado a submeter-se a exame médico, como determina a lei 8.112/90. Em face das normas do Regime Jurídico Único, o direito que ele tem de recorrer prescreve em quantos dias ou anos?